



# **SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de  
dezembro de 2025



# SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

### Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO .....	9

### Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	7
2. O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL .....	8
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	9
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	9
5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES SOCIETÁRIAS AINDA NÃO ADOTADAS PELO ÓRGÃO REGULADOR . ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.	
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
8. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	11
9. IMOBILIZADO .....	12
10. INTANGÍVEL .....	13
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	14
12. DEBÊNTURES .....	14
13. CONTINGÊNCIAS.....	15
14. DIVIDENDOS DECLARADOS .....	16
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	16
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	18
17. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	18
18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	18
19. PARTES RELACIONADAS.....	19
20. RISCOS REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS .....	19
21. SEGUROS.....	21
22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	21
23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	21



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores,  
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos atenção para a Nota 3 das demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base da elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.



SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

### **Outros assuntos - Apresentação das demonstrações financeiras societárias**

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 12 de março de 2026.

### **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2025, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by  
  
Assinado por Bruno Guedes Monteiro 1020585733  
CPF: 1020585733  
Data/Hora da Assinatura: 24 de abril de 2026 | 17:39 BRT  
O CP-Brasil, OJ Certificados Digitais PF A1  
C. BR  
Emissor: AC Snygued@Montpe  
0028196AD37247C...

Bruno Guedes Monteiro  
Contador CRC 1RJ118070/O-0

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.131	1.725
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	5.533	4.548
Partes relacionadas	18	526	313
Impostos e contribuições a recuperar		763	755
Adiantamento a fornecedores		284	675
Despesas antecipadas		257	14
Outros créditos a receber		14	7
<b>Total do circulante</b>		<b>12.508</b>	<b>8.037</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos temporários	6	27.338	26.464
Depósitos judiciais	10	10.577	8.293
Imobilizado	8	414.372	419.594
Intangível	9	6.420	6.251
<b>Total do não circulante</b>		<b>458.707</b>	<b>460.602</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>471.215</b>	<b>468.639</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		2.168	3.107
Debêntures	11	18.847	17.260
Impostos e contribuições a recolher		484	1.281
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		317	-
Encargos setoriais		573	377
Adiantamento de clientes		-	276
Dividendos declarados	13	3.317	1.512
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		583	635
Partes relacionadas	20	497	1.052
Outras contas a pagar		-	47
<b>Total do circulante</b>		<b>26.786</b>	<b>25.547</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	11	250.711	252.170
<b>Total do não circulante</b>		<b>250.711</b>	<b>252.170</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>277.497</b>	<b>277.717</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14 (a)	81.908	81.908
Reserva Legal	14 (b)	1.838	1.140
Reservas de lucros	14 (b)	18.995	11.690
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (c)	90.977	96.184
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>193.718</b>	<b>190.922</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>471.215</b>	<b>468.639</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Disponibilização do sistema de transmissão		49.851	47.342
<b>Receita bruta</b>		<b>49.851</b>	<b>47.342</b>
PIS		(324)	(308)
COFINS		(1.495)	(1.420)
<b>Tributos</b>		<b>(1.819)</b>	<b>(1.728)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(127)	(464)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(52)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(179)	(279)
Outros encargos		(300)	-
<b>Encargos do consumidor</b>		<b>(658)</b>	<b>(743)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>15</b>	<b>47.374</b>	<b>44.871</b>
Pessoal		(315)	(925)
Serviços de terceiros		(3.772)	(4.466)
Arrendamento e aluguéis		(305)	(315)
Depreciação e amortização		(12.973)	(15.829)
Outras despesas operacionais		(278)	(107)
Despesas gerais e administrativas		(2.398)	(12.361)
<b>Custos e despesas</b>	<b>16</b>	<b>(20.041)</b>	<b>(34.003)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>27.333</b>	<b>10.868</b>
Receitas financeiras		3.868	3.618
Despesas financeiras		(27.053)	(26.745)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17</b>	<b>(23.185)</b>	<b>(23.127)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>4.148</b>	<b>(12.259)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.828)	(3.050)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22</b>	<b>(2.828)</b>	<b>(3.050)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.320</b>	<b>(15.309)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.320	(15.309)
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>1.320</b>	<b>(15.309)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Reservas de lucros				Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Especial de Dividendos	Legal	Reserva de lucros a realizar				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>81.908</b>	<b>9</b>	<b>822</b>	<b>13.091</b>	<b>117.860</b>	-	-	<b>213.690</b>
Outros ajustes		-	-	-	157	-	-	-	157
Realização da reserva de lucros	14 (b)	-	(9)	-	(6.095)	-	6.104	-	-
Pagamento de dividendos	13	-	-	-	-	-	(6.104)	-	(6.104)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(15.309)	(15.309)
Reserva legal	14 (b)	-	-	318	-	-	-	(318)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(1.512)	(1.512)
Reserva de lucros a realizar	14 (b)	-	-	-	4.537	-	-	(4.537)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (c)	-	-	0	-	(21.676)	-	21.676	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>81.908</b>	<b>-</b>	<b>1.140</b>	<b>11.690</b>	<b>96.184</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.922</b>
Outros ajustes		-	-	-	(157)	-	-	157	-
Realização da reserva de lucros	14 (b)	-	-	-	(2.488)	-	-	-	(2.488)
Ajustes de exercícios anteriores	14 (d)	-	-	-	-	-	-	7.281	7.281
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.320	1.320
Reserva legal	14 (b)	-	-	698	-	-	-	(698)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(3.317)	(3.317)
Reserva de lucros a realizar	14 (b)	-	-	-	9.950	-	-	(9.950)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (c)	-	-	-	-	(5.207)	-	5.207	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>81.908</b>	<b>-</b>	<b>1.838</b>	<b>18.995</b>	<b>90.977</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193.718</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.148	(12.259)
<b>Ajuste para:</b>			
Amortização e Depreciação		12.947	15.674
Encargos de dívidas, juros e custo de transação		26.458	26.341
Rendimentos de investimentos temporários	17	(2.748)	-
		<b>40.805</b>	<b>29.756</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	(985)	1.238
Contas a receber de partes relacionadas		(213)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(8)	(177)
Adiantamento a fornecedores		391	6.603
Despesas antecipadas		(243)	-
Depósitos judiciais		(2.284)	(4.007)
Outros créditos a receber		-	7
Fornecedores		(939)	(692)
Partes Relacionadas		(555)	739
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		(52)	147
Adiantamento de clientes		(276)	(398)
Impostos e contribuição a recolher		(1.291)	(928)
Encargos setoriais		196	158
Outras contas a pagar		(56)	160
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<b>34.490</b>	<b>2.850</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.017)	(3.238)
Juros pagos de debêntures	11	(14.172)	(13.979)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>18.301</b>	<b>15.389</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicação e resgate de investimentos temporários		1.874	(965)
Aquisição de imobilizado	8	(560)	(56)
Aquisição de intangível	9	(51)	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>		<b>1.263</b>	<b>(1.021)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	11	(12.158)	(11.570)
Dividendos pagos	13	(4.000)	(10.000)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(16.158)</b>	<b>(21.570)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.406</b>	<b>(7.201)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.725	8.926
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.131	1.725
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.406</b>	<b>(7.201)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. ("Linha Verde II" ou "Companhia" ou "Outorgada"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de janeiro de 2018, está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, sendo controlada pela Verene Energia S.A. A Companhia tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, de acordo com o Edital do Leilão nº 02/2017, que consiste em:

(a) Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5, localizada no estado de Minas Gerais, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 189 km, com origem na Subestação Presidente Juscelino e término na Subestação Itabira 5, além de reatores e conexões, entradas de linha e interligações de barramentos.

A companhia iniciou suas operações em agosto de 2022, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
08/2018	30 anos	08/03/2048	48.555	46.103	IPCA

#### 1.1. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 08/2018 assinado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a Companhia, 08 de março de 2018, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 08 de março de 2048, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1647/2022, com validade de 10 anos, até 06 de junho de 2032.

#### 1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (REH)	Índice de correção
2025-2026	48.555	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	46.103	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

## **SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária prevista para o ano de 2023, não ocorreu, visto que na REH 3.216/2023, que estabeleceu a RAP 2023-2024, a revisão tarifária não foi considerada.

Em 05 de dezembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 4.675, retificando a RAP homologada para o ciclo 2023-2024, passando a ser R\$ 44.361, o que representou uma redução de 2,24%. O valor recebido a maior durante o ciclo gerou uma diferença negativa, classificada como Parcela de Ajuste (PA), no ciclo 2024-2025.

A próxima revisão tarifária periódica tem previsão para ocorrer em 2028.

### **1.3. Reforma tributária**

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

## **2. O setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Órgão Regulador”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

## **SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3. Políticas contábeis materiais**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 22 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração de resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2026.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **4. Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

#### **4.1. Imobilizado**

- **Em serviço**

Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A depreciação dos itens do ativo imobilizado, é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

**• Em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A outorga agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, os juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (ii) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) o montante dos juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (iv) os juros, variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a outorgada tem incluído parte dos custos suporte, que são os custos acessórios e auxiliares necessários para realização das obras, e alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias para as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculadas às atividades do projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**4.2. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização utilizadas pela Companhia, são com base no MCPSE.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

## SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 4.3. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no exercício apresentado.

### 4.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	40	3
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	5.091	1.722
<b>Total</b>	<b><u>5.131</u></b>	<b><u>1.725</u></b>

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 96,5% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 6. Investimentos temporários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Conta reserva</b>		
Investimentos temporários - conta reserva BNDES (a)	27.338	26.464
<b>Total</b>	<b><u>27.338</u></b>	<b><u>26.464</u></b>

- (a) A Conta reserva - BNDES se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual do Financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social (“BNDES”), onde a Companhia deve manter três vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre o financiamento junto ao BNDES através da nota explicativa nº 11.

## 7. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	4.368	4.029
<b>Saldos vencidos</b>		
90 dias	342	114
de 91 a 180 dias	75	105
de 181 a 360 dias	134	31
acima de 361 dias	614	269
<b>Total</b>	<b><u>5.533</u></b>	<b><u>4.548</u></b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

**8. Imobilizado**

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2025</u>
<b>Imobilizado em serviço (a):</b>					
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras	113.911	-	(125.589)	14.433	2.755
Máquinas e equipamentos	301.853	-	125.796	(20.732)	406.917
Móveis e utensílios	102	-	(120)	18	-
	<u>415.866</u>	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>(6.281)</u>	<u>409.672</u>
<b>Imobilizado em curso:</b>					
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras	55	-	-	-	55
Material de depósito	3.673	-	-	-	3.673
Máquinas e equipamentos	-	44	-	-	44
A ratear	-	516	412	-	928
	<u>3.728</u>	<u>560</u>	<u>412</u>	<u>-</u>	<u>4.700</u>
<b>Total imobilizado, líquido</b>	<u>419.594</u>	<u>560</u>	<u>499</u>	<u>(6.281)</u>	<u>414.372</u>

- a) Em 2025, a Companhia realizou levantamento do ativo imobilizado, incluindo inventário físico, que resultou em ajustes positivos no montante de R\$ 7.281, lançados como ajustes de exercícios anteriores, com contrapartida no Patrimônio Líquido (lucros acumulados), conforme Nota 14(d).

**(a) Taxas anuais de depreciação**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço:</b>					
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras	3,50%	3.116	(361)	2.755	113.911
Máquinas e equipamentos	3,20%	450.476	(43.559)	406.917	301.853
Móveis e utensílios	6,30%	-	-	-	102
		<u>453.592</u>	<u>(43.920)</u>	<u>409.672</u>	<u>415.866</u>
<b>Imobilizado em curso:</b>					
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras		55	-	55	55
Material de depósito		3.673	-	3.673	3.673
Máquinas e equipamentos		44	-	44	-
A ratear		928	-	928	-
		<u>4.700</u>	<u>-</u>	<u>4.700</u>	<u>3.728</u>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Total imobilizado</b>	<b>458.292</b>	<b>(43.920)</b>	<b>414.372</b>	<b>419.594</b>
--------------------------	----------------	-----------------	----------------	----------------

**(b) Composição das adições do imobilizado em curso**

	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Outros gastos</b>	<b>Total</b>
Máquinas e Equipamentos	44	-	-	44
A ratear	-	928	-	928
<b>Total das adições</b>	<b>44</b>	<b>928</b>	<b>-</b>	<b>972</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, são as seguintes:

<b>Transmissão</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,36%
Estrutura Geral	2,90%

**9. Intangível**

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

<b>Intangível em serviço:</b>	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Amortização</b>	<b>2025</b>
<b>Administrativo:</b>					
Softwares	361	51	(412)	-	-
	<b>361</b>	<b>51</b>	<b>(412)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Transmissão:</b>					
Servidões	5.890	-	(87)	617	6.420
	<b>5.890</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>	<b>617</b>	<b>6.420</b>
<b>Total intangível</b>	<b>6.251</b>	<b>51</b>	<b>(499)</b>	<b>617</b>	<b>6.420</b>

**(a) Taxas anuais de amortização**

<b>Intangível em serviço:</b>	<b>Taxas anuais médias de amortização (%)</b>	<b>2025</b>			<b>2024</b>
		<b>Bruto</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Administrativo:</b>					
Software	20%	-	-	-	361
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>361</b>
<b>Transmissão:</b>					
Servidões	-	6.420	-	6.420	5.890
		<b>6.420</b>	<b>-</b>	<b>6.420</b>	<b>5.890</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>		<b>6.420</b>	<b>-</b>	<b>6.420</b>	<b>6.251</b>

A rubrica de servidões refere-se aos valores desembolsados para a obtenção do direito de uso de terrenos de terceiros, necessários à implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão. Esses direitos são classificados como ativos vinculados à concessão, conforme as diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa

## SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

ANEEL nº 396/2010, que estabelece as práticas contábeis aplicáveis às concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Por se tratar de direitos que permanecem vigentes durante toda a concessão e que não possuem prazo de exaustão previamente definido, as servidões não são objeto de amortização.

### 10. Depósitos judiciais

A Companhia ajuizou a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária nº 1018661-81.2022.4.06.3800 perante a Justiça Federal do Estado de Minas Gerais, pleiteando o afastamento da incidência do percentual de 32% sobre as receitas decorrentes do contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Foi concedida tutela de urgência, determinando a aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% para fins de apuração do IRPJ e da CSLL, respectivamente, no regime de lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante reconhecido de depósitos judiciais é R\$ 10.577 (R\$ 8.293 em 31 de dezembro de 2024).

### 11. Debêntures

#### (a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	1ª	210.000	IPCA + 5,33% a.a.	mar/20	jul/44

(1) Emissão pública de debêntures simples

(2) Não conversíveis em ações

(3) Espécie com garantia real

(4) Garantia adicional fidejussória

(5) Série única

A amortização será realizada em 46 parcelas semestrais e consecutivas, tendo sido a primeira em janeiro de 2022, com vencimento final em 15 de julho de 2044.

#### (b) Movimentação

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>17.075</b>	<b>251.563</b>	<b>268.638</b>
Encargos	26.031	-	26.031
Transferências	(607)	607	-
Amortizações de principal	(11.570)	-	(11.570)
Pagamentos de juros	(13.979)	-	(13.979)
Custo de captação (a)	310	-	310
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.260</b>	<b>252.170</b>	<b>269.430</b>
Encargos	14.734	10.931	25.665
Transferências	12.390	(12.390)	-
Amortização de principal	(12.158)	-	(12.158)
Pagamentos de juros	(14.172)	-	(14.172)
Custo de captação (a)	793	-	793
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>18.847</b>	<b>250.711</b>	<b>269.558</b>

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(c) Cronograma de vencimento**

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<b>2025</b>
Circulante	18.847
2027	9.493
2028	9.363
2029	9.694
2030 em diante	227.111
<b>Subtotal</b>	<b>274.507</b>
(-) Custo de captação (Não circulante)	<b>(4.949)</b>
<b>Total de debêntures</b>	<b>269.558</b>

**(d) Cláusulas restritivas – Covenants**

A 1ª emissão de debêntures, possui cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certas garantias e índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Penhor de 100% das ações da Companhia;
- (ii) Recebíveis da concessão;
- (iii) Conta reserva equivalente a 1 (uma) parcela semestral do serviço da dívida a ser constituída desde 15 de novembro de 2021;
- (iv) ICSD mínimo de 1,2 vezes (um inteiro e vinte centésimos), mensurado pelo resultado da geração de caixa sobre o serviço da dívida, apurado com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas da Companhia.

**Covenants debêntures****1ª debêntures**ICSD (EBITDA ajustado / Serviço da Dívida) - Companhia:  $\geq 1,2$ 

1,43

**12. Contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais. As provisões para eventuais perdas, quando aplicável, decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Após avaliação a Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão referente aos processos em andamento, visto que não há probabilidade de perda provável.

Existem contingências cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível. Sendo as principais informações listadas abaixo:

<b>Possíveis</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Tributário	10.000	8.294
Cível	332	142
<b>Total</b>	<b>10.332</b>	<b>8.436</b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(a) Tributário**

As contingências fiscais nas quais a Companhia é parte, classificadas com probabilidade de perda possível, apresentam o montante de R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.294 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão, referente ao processo nº 1018661-81.2022.4.06.3800.

**13. Dividendos declarados**

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício (societário)	13.965	6.367
(-) Reserva legal (i)	(698)	(318)
Lucro líquido ajustado	<b>13.267</b>	<b>6.049</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>3.317</b>	<b>1.512</b>

(i) O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”.

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.896</b>
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no exercício	(3.896)
Distribuição de dividendos adicionais	6.104
Pagamento de dividendos adicionais	(6.104)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.512
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.512</b>
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no exercício	(1.512)
Constituição de dividendos adicionais	2.488
Pagamento de dividendos adicionais	(2.488)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	3.317
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.317</b>

**14. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 81.908, representado por 96.679 ações ordinárias.

**(b) Reservas**

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reserva legal	i.	1.838	1.140
Reserva de lucros a realizar	ii.	18.995	11.690
<b>Total</b>		<b>20.883</b>	<b>12.830</b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**i. Reserva legal**

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 698 (R\$ 318 em 31 de dezembro de 2024).

**ii. Reserva de lucros a realizar**

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela do lucro líquido societário do exercício, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

Em 08 de dezembro de 2025, por meio da Assembleia geral extraordinária (AGE), foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais propostos a partir da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 2.488.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 19.152 (R\$ 11.690 em 31 de dezembro de 2024). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>11.690</u>	<u>13.091</u>
Constituição	9.950	4.537
Realização - pagamento dividendos adicionais	(2.488)	(6.095)
Outros ajustes	(157)	157
<b>Saldo final</b>	<b><u>18.995</u></b>	<b><u>11.690</u></b>

**(c) Proventos excedentes da contabilidade societária**

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintas, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

**(d) Ajustes de exercícios anteriores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado o levantamento do imobilizado da Companhia, assim como inventário físico, resultando em ajustes positivos de R\$ 7.281, registrado como “ajustes de exercícios anteriores”, a crédito de lucros acumulados.

## 15. Receita operacional líquida

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Disponibilização da linha de transmissão	49.851	47.342
<b>Receita bruta</b>	<b>49.851</b>	<b>47.342</b>
PIS/COFINS corrente	(1.819)	(1.728)
Encargos do consumidor (a)	(658)	(743)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(2.477)</b>	<b>(2.471)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>47.374</b>	<b>44.871</b>

(a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

## 16. Custos e despesas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Custos operacionais (a)	(17.644)	(21.642)
Despesas operacionais (b)	(2.397)	(12.361)
<b>Total</b>	<b>(20.041)</b>	<b>(34.003)</b>

### (a) Custos operacionais

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pessoal	(315)	(925)
Serviços de terceiros	(3.772)	(4.466)
Arrendamento e aluguéis	(310)	(315)
Depreciação e amortização	(12.973)	(15.829)
Outros	(274)	(107)
<b>Total</b>	<b>(17.644)</b>	<b>(21.642)</b>

### (b) Despesas gerais e administrativas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pessoal	(1.889)	(2.034)
Serviços de terceiros (i)	(285)	(2.696)
Outras (Despesas) Receitas operacionais (ii)	(223)	(7.631)
<b>Total</b>	<b>(2.397)</b>	<b>(12.361)</b>

(i) A variação está relacionada aos custos de obras para construção da base de apoio na sede localizada no Alto Palácio, Parque Nacional da Serra do Cipó ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve baixa do valor adiantado ao fornecedor Quebec Engenharia, conforme acordo firmado em 08 de fevereiro de 2024.

## 17. Resultado financeiro líquido

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Rendimento de investimentos temporários	2.748	2.975
Outras receitas financeiras	1.120	643
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.868</b>	<b>3.618</b>
Encargos da dívida	(26.920)	(26.031)
Outras despesas financeiras	(133)	(714)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(27.053)</b>	<b>(26.745)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(23.185)</b>	<b>(23.127)</b>

## 18. Partes relacionadas

### (a) Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Partes relacionadas - a receber (i)</b>		
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	122	239
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	38	74
Integração Transmissora de Energia S.A.	147	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.	57	-
Belém Transmissora de Energia S.A.	162	-
<b>Total</b>	<b><u>526</u></b>	<b><u>313</u></b>

### (b) Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Partes relacionadas - a pagar (i)</b>		
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	45	-
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	380	1.052
Verene Energia S.A.	72	-
<b>Total</b>	<b><u>497</u></b>	<b><u>1.052</u></b>

(i) A transação entre partes relacionadas demonstrada acima refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura devidamente rateados.

### (c) Dividendos declarados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Verene Energia S.A. (i)	<b><u>3.317</u></b>	<b><u>1.512</u></b>

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

### (d) Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, registrada na rubrica de despesas gerais e administrativas, que contempla a diretoria executiva, totalizou R\$ 1.666 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 978 em 31 de dezembro de 2024), sendo correspondente a salários e benefícios variáveis.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

## 19. Riscos regulatórios e ambientais

### a) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

**b) Riscos regulatórios e operacionais**

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- i. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.
- ii. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

**c) Riscos ambientais**

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial,

## SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

## 20. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco Operacional (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	160.000
Directors and Officers (i)	28/07/2024 a 28/01/2026	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas do Grupo Verene, do qual a Companhia faz parte.

## 21. Demonstrações dos fluxos de caixa

### 21.1. Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
<b>Atividades de financiamento</b>	
Dividendos mínimos obrigatórios	3.317
<b>Total</b>	<b>3.317</b>

## 22. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras societárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a regulamentação societária vigente. Para atendimento às exigências específicas do setor, a Companhia também prepara demonstrações contábeis regulatórias de acordo com os critérios definidos pelo Órgão Regulador, nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

Tendo em vista que os normativos societário e regulatório possuem abordagens distintas quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, surgem diferenças relevantes entre os dois conjuntos de demonstrações. Assim, a reconciliação entre as bases societária e regulatória é apresentada de forma a evidenciar, de maneira transparente e compreensível, os ajustes necessários para converter as informações preparadas segundo as práticas contábeis societárias para aquelas requeridas pelo Órgão Regulador.

As tabelas e descrições a seguir detalham a natureza dos principais ajustes realizados, bem como suas respectivas justificativas, permitindo ao usuário das demonstrações compreender plenamente os impactos decorrentes das diferenças entre os critérios contábeis aplicáveis.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)***Balanco patrimonial**

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		5.131	-	5.131	1.725	-	1.725
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		5.533	-	5.533	4.548	-	4.548
Partes relacionadas		526	-	526	313	-	313
Ativos de contrato	(i)	-	44.227	44.227	-	41.554	41.554
Impostos e contribuições a recuperar		763	-	763	755	-	755
Adiantamento a fornecedores		284	-	284	675	-	675
Despesas antecipadas		257	-	257	14	-	14
Outros créditos a receber		14	(1)	13	7	-	7
<b>Total do circulante</b>		<b>12.508</b>	<b>44.226</b>	<b>56.734</b>	<b>8.037</b>	<b>41.554</b>	<b>49.591</b>
<b>Não circulante</b>							
Investimentos temporários		27.338	-	27.338	26.464	-	26.464
Ativos de contrato	(i)	-	309.891	309.891	-	311.320	311.320
Depósitos judiciais		10.577	-	10.577	8.293	-	8.293
Imobilizado	(ii)	414.372	(414.372)	-	419.594	(419.594)	-
Intangível	(iii)	6.420	(6.420)	-	6.251	(6.251)	360
<b>Total do não circulante</b>		<b>458.707</b>	<b>(110.901)</b>	<b>347.806</b>	<b>460.602</b>	<b>(114.525)</b>	<b>346.437</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>471.215</b>	<b>(66.675)</b>	<b>404.540</b>	<b>468.639</b>	<b>(72.971)</b>	<b>396.028</b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		2.168	-	2.168	3.107	-	3.107
Debêntures		18.847	-	18.847	17.260	-	17.260
Impostos e contribuições a recolher		484	-	484	569	712	1.281
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		317	-	317	712	(712)	-
Encargos setoriais		573	-	573	377	-	377
Adiantamento de clientes		-	-	-	276	-	276
Dividendos declarados		3.317	-	3.317	1.512	-	1.512
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		583	-	583	635	-	635
Partes relacionadas		497	-	497	1.052	-	1.052
Outras contas a pagar		-	-	-	47	-	47
<b>Total do circulante</b>		<b>26.786</b>	<b>-</b>	<b>26.786</b>	<b>25.547</b>	<b>-</b>	<b>25.547</b>
<b>Não circulante</b>							
Debêntures		250.711	-	250.711	252.170	-	252.170
PIS e COFINS diferidos	(iv)	-	12.925	12.925	-	12.557	12.557
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(iv)	-	11.377	11.377	-	11.173	11.173
<b>Total do não circulante</b>		<b>250.711</b>	<b>24.302</b>	<b>275.013</b>	<b>252.170</b>	<b>23.730</b>	<b>275.900</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>277.497</b>	<b>24.302</b>	<b>301.799</b>	<b>277.717</b>	<b>23.730</b>	<b>301.447</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		81.908	-	81.908	81.908	-	81.908
Reserva Legal		1.838	-	1.838	1.140	-	1.140
Reservas de lucros		18.995	-	18.995	11.690	(157)	11.533
Proventos excedentes da contabilidade societária	(v)	90.977	(90.977)	-	96.184	(96.184)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>193.718</b>	<b>(90.977)</b>	<b>102.741</b>	<b>190.922</b>	<b>(96.341)</b>	<b>94.581</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>471.215</b>	<b>(66.675)</b>	<b>404.540</b>	<b>468.639</b>	<b>(72.611)</b>	<b>396.028</b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do resultado do exercício**

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		49.851	(49.851)	-	47.342	(47.342)	-
Remuneração de ativos de contrato		-	44.822	44.822	-	47.605	47.605
Receita de operação e manutenção		-	6.272	6.272	-	6.307	6.307
<b>Receita bruta</b>		<b>49.851</b>	<b>1.243</b>	<b>51.094</b>	<b>47.342</b>	<b>6.570</b>	<b>53.912</b>
PIS corrente e diferido		(324)	(66)	(390)	(308)	(47)	(355)
COFINS corrente e diferido		(1.495)	(302)	(1.797)	(1.420)	(204)	(1.624)
Outros tributos		-	-	-	-	-	-
<b>Tributos</b>		<b>(1.819)</b>	<b>(368)</b>	<b>(2.187)</b>	<b>(1.728)</b>	<b>(251)</b>	<b>(1.979)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(127)	-	(127)	(464)	-	(464)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(52)	-	(52)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(179)	-	(179)	(279)	-	(279)
Outros encargos		(300)	-	(300)	-	-	-
<b>Encargos do consumidor</b>		<b>(658)</b>	<b>-</b>	<b>(658)</b>	<b>(743)</b>	<b>-</b>	<b>(743)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>(vi)</b>	<b>47.374</b>	<b>875</b>	<b>48.249</b>	<b>44.871</b>	<b>6.319</b>	<b>51.190</b>
Pessoal		(315)	-	(315)	(925)	-	(925)
Serviços de terceiros		(3.772)	(973)	(4.745)	(4.466)	(55)	(4.521)
Arrendamento e aluguéis		(305)	-	(305)	(315)	315	-
Depreciação e amortização		(12.973)	12.973	-	(15.829)	15.829	-
Outras despesas operacionais		(278)	(27)	(305)	(107)	(303)	(410)
Despesas gerais e administrativas		(2.398)	-	(2.398)	(12.361)	-	(12.361)
<b>Custos e despesas</b>	<b>(vii)</b>	<b>(20.041)</b>	<b>11.973</b>	<b>(8.068)</b>	<b>(34.003)</b>	<b>15.786</b>	<b>(18.217)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>27.333</b>	<b>12.848</b>	<b>40.181</b>	<b>10.868</b>	<b>22.105</b>	<b>32.973</b>
Receitas financeiras		3.868	-	3.868	3.618	-	3.618
Despesas financeiras		(27.053)	-	(27.053)	(26.745)	-	(26.745)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(23.185)</b>	<b>-</b>	<b>(23.185)</b>	<b>(23.127)</b>	<b>-</b>	<b>(23.127)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>4.148</b>	<b>12.848</b>	<b>16.996</b>	<b>(12.259)</b>	<b>22.105</b>	<b>9.846</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.828)	-	(2.828)	(3.051)	(428)	(3.479)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	(203)	(203)	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(iv)</b>	<b>(2.828)</b>	<b>(203)</b>	<b>(3.031)</b>	<b>(3.051)</b>	<b>(428)</b>	<b>(3.479)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.320</b>	<b>12.645</b>	<b>13.965</b>	<b>(15.309)</b>	<b>21.676</b>	<b>6.367</b>

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

CNPJ: 29.532.071/0001-17

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

---

A seguir estão detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo de contrato**

O ajuste de R\$ 354.118 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 352.874 em 31 de dezembro de 2024), apresentado na linha de ativo de contrato na conciliação entre as bases regulatória e societária, refere-se às diferenças decorrentes da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente exclusivamente nas demonstrações financeiras societárias.

Nas demonstrações societárias, a Companhia adota o CPC 47 e a OCPC 05 para o reconhecimento das receitas associadas às concessões de transmissão. Nesse contexto, os investimentos realizados durante a fase de construção são registrados como ativo contratual, correspondente ao direito à contraprestação pelos bens e serviços transferidos ao cliente, sendo mensurados ao valor justo e incluindo custos de empréstimos capitalizados. Após a disponibilização da infraestrutura, o ativo contratual é reclassificado para ativo intangível, e a receita anual permitida é apropriada de forma segregada entre a remuneração dos investimentos e a receita de operação e manutenção.

Para fins regulatórios, conforme diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os investimentos realizados na construção das instalações de transmissão são registrados integralmente como ativo imobilizado, não sendo aplicados os critérios de reconhecimento e mensuração definidos pelo CPC 47. Em razão desse tratamento, os efeitos societários relativos ao CPC 47 não são refletidos nas demonstrações contábeis regulatórias, o que inclui a eliminação dos respectivos impactos fiscais diferidos (IR, CSLL, PIS e COFINS), quando aplicáveis.

**(ii) Imobilizado - transmissão**

Para fins regulatórios, em conformidade com o MCSE, todos os investimentos relacionados à construção das linhas de transmissão são reconhecidos como ativo imobilizado. Em razão dessa premissa, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram integralmente excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os respectivos impactos fiscais. Nas demonstrações financeiras societárias, entretanto, em decorrência da adoção do CPC 47, o ativo imobilizado da Companhia passou a ser classificado como ativo de contrato, conforme descrito na nota de ajuste (i).

As premissas aplicáveis ao reconhecimento do ativo imobilizado regulatório são:

- assegurar que tais ativos não sejam impactados pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), uma vez que, para fins regulatórios, prevalece o tratamento estabelecido no MCSE; e
- garantir que os ativos sejam registrados pelos valores homologados pela ANEEL, os quais constituem a base regulatória utilizada para fins de remuneração e definição das tarifas.

**(iii) Intangível - transmissão**

O ajuste de R\$ 6.420 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.891 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizado e indenizável, de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis:

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente de acordo com a vida útil estimada do software; e
- Faixas de servidão referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

**(iv) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos fiscais diferidos relacionados ao PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que, segundo os critérios do MCSE, o tratamento regulatório não gera diferenças temporárias que demandem o reconhecimento de tributos diferidos. Dessa forma, a apuração dos referidos tributos, no âmbito regulatório, reflete exclusivamente os valores e premissas definidos pela ANEEL, não resultando na constituição de ativos ou passivos fiscais diferidos.

- **Tributos sobre o lucro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (societário)</b>	<b>(3.032)</b>	<b>(3.479)</b>
Efeitos fiscais sobre:		
Ativo contratual - CPC 47	204	429
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado regulatório</b>	<b><u>(2.828)</u></b>	<b><u>(3.050)</u></b>

**(v) Patrimônio líquido**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldos conforme contabilidade societária</b>	102.741	94.581
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	90.977	96.341
<b>Saldos conforme contabilidade regulatória</b>	<b><u>193.718</u></b>	<b><u>190.922</u></b>

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**(vi) Receita operacional líquida**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

**(vii) Custos e despesas**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(viii) Resultado societário e regulatório**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldos conforme contabilidade societária</b>	13.965	6.367
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	(12.645)	(21.676)
<b>Saldos conforme contabilidade regulatória</b>	<u><b>1.320</b></u>	<u><b>(15.309)</b></u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\*\*\*

**Diretoria**

José Cherem Pinto,  
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,  
Diretora Financeira

Djamila Muniz de Carvalho  
Contadora  
CRC RJ 125.608/O

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DF152EED-6E04-4BAA-A34B-392FD7C410C0

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: LVII Relatório e DCR Exame 2025.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 32

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Fernanda Bezerra

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

fernanda.bezerra@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.65

## Rastreamento de registros

Status: Original

24 de abril de 2026 | 17:32

Portador: Fernanda Bezerra

fernanda.bezerra@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

24 de abril de 2026 | 17:39

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

## Eventos do signatário

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

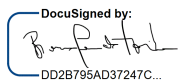
### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

## Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

## Registro de hora e data

Enviado: 24 de abril de 2026 | 17:33

Reenviado: 24 de abril de 2026 | 17:36

Visualizado: 24 de abril de 2026 | 17:38

Assinado: 24 de abril de 2026 | 17:38

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 24 de abril de 2026   17:39 Visualizado: 24 de abril de 2026   17:39 Assinado: 24 de abril de 2026   17:39</p>
<p>Magda Araujo magda.araujo@pwc.com Assistente II PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 24 de abril de 2026   17:33 Visualizado: 24 de abril de 2026   17:47</p>
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de abril de 2026   17:33
Envelope atualizado	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:36
Envelope atualizado	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:36
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:38
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:38
Concluído	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:39
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora